

Família Dart vai à Justiça contra governo brasileiro

Milionários americanos detentores de US\$ 1,4 bilhão da dívida brasileira contestam renegociação

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — A família Dart, que detém US\$ 1,4 bilhão em títulos da dívida externa brasileira mas recusou os termos finais do acordo de renegociação que o País concluiu em abril com mais de 800 credores, quer agora receber na Justiça. Num processo de 30 páginas, protocolado na tarde de segunda-feira no Tribunal Federal de Nova York, os Dart reclamam o pagamento de US\$ 62,4 milhões em juros em atraso e uma declaração judicial que os habilitaria a exigir a aceleração do pagamento da totalidade do principal.

“Não fomos apanhados de surpresa”, disse um funcionário brasileiro que acompanha de perto a controvérsia com os

Dart. O Banco do Brasil e o Citibank, que atuou como agente dos credores do Brasil no longo processo de renegociação da dívida, também são citados na ação, iniciada pela CIBC Bank and Trust Company Limited, uma empresa de fachada dos Dart sediada no paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

O processo cita relatos das imprensa brasileira sobre providências que o BC teria tomado na véspera do fechamento da reestruturação da dívida com os bancos para colocar as garantias do acordo e outros ativos fora do alcance dos Dart. Os Dart pedem a desqualificação do Banco do Brasil como credor majoritário de MIDFA (títulos da dívida brasileira negociados no mercado secundário), argumentando que o BB, o BC e o governo brasileiro são a mesma coisa. O objetivo do pedido é anular o efeito da manobra que o BC fez na véspera da efetivação do acordo, quando instruiu

o BB, detentor de US\$ 1,7 bilhão de MIDFA, a ficar fora da renegociação. Esta providência deixou os Dart em posição minoritária como credor de US\$ 3 bilhões (de um total de US\$ 52 bilhões) da dívida que não foram renegociados — e, tecnicamente, impedidos de exigir o pagamento do principal de seus papéis. No processo, o BC será representado pela firma de advocacia Arnold & Porter.

Rei do isopor — Líder mundial na produção de artigos de isopor, Kenneth Dart, o chefe do grupo, é empresário excêntrico, que nunca aparece em público, trocou a cidadania dos EUA pela de Belize, para pagar menos imposto, e segundo um de seus irmãos (alvo de um de seus processos), ele não admite perder. Embora

isolado depois que todos os demais credores confirmaram sua adesão ao acordo com o Brasil, Dart fez pé firme e resistiu a todas as ofertas de acomodação feitas pelo Brasil.

A controvérsia, que agora chega à Justiça, nasceu

quando o BC fez uso de uma cláusula contratual, reconhecida por todos os credores, inclusive os Dart, que lhe dava o direito de pedir aos bancos para “reequilibrar o acordo”. O BC acabou fazendo uso da cláusula, pedindo aos credores para proceder a uma segunda escolha do cardápio de opções, desta vez com uma conversão obrigatória de pelo menos 35% de seus ativos em bônus de desconto. Os Dart, supondo que tinham feito um negócio à parte com o BC, disseram que não reconheciam mais a cláusula do reequilíbrio e insistiram em converter 100% de seus US\$ 1,4 bilhão de MIDFA nos bônus de capitalização.

Estratégia — Em Brasília, o ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, soube à tarde da decisão dos Dart e autorizou uma estratégia jurídica para contestar a ação e garantir a execução do acordo de renegociação da dívida.

CREDOR
RECLAMA US\$ 62
MILHÕES EM
JUROS ATRASADOS